

Estado da publicação: Não informado pelo autor submissor

DAS LUTAS ANTICOLONIAIS À INTEGRAÇÃO ECONÔMICA E DEMOCRÁTICA: UMA ANÁLISE DO PAN-AFRICANISMO E DA AGENDA 2063

Luísa Barbosa Azevedo, Vitória França

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.9944>

Submetido em: 2024-09-12

Postado em: 2024-09-14 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

DAS LUTAS ANTICOLONIAIS À INTEGRAÇÃO ECONÔMICA E DEMOCRÁTICA: UMA ANÁLISE DO PAN-AFRICANISMO E DA AGENDA 2063

VITÓRIA DE FRANÇA FERNANDES/A 1,
ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-3416-7124>
<vitoriafranca@edu.unirio.br>

Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGCP-UNIRIO). Rio de Janeiro, Rio de Janeiro (RJ), Brasil

LUÍSA BARBOSA AZEVEDO/A 2,
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8781-7555>
<barbosa.azevedo.luisa@posgraduacao.uerj.br>

Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGRI-UERJ). Rio de Janeiro, Rio de Janeiro (RJ), Brasil

RESUMO: O Pan-Africanismo como ideal de união dos povos africanos, tornou-se base ideológica para integração e desenvolvimento socioeconômico da África. Tendo essa ideia como pilar, a União Africana (UA), busca balancear desafios sociopolíticos com a luta anticolonial desde sua formação até a contemporaneidade. Nesse contexto, a Agenda 2063, lançada em 2015, compreende um plano de desenvolvimento continental de longo prazo com objetivos de integração política e econômica. A partir de uma pesquisa bibliográfica e documental, este trabalho tem por objetivo compreender os desafios contemporâneos relacionados à iniciativa Pan-Africanista de um continente integrado a partir do marco da Agenda 2063. Fundamentado em uma análise de natureza qualitativa e interpretativa, este projeto parte de um estudo detalhado de fontes primárias e secundárias. Como marco teórico será utilizado o Pós-Colonialismo, visto sua relação direta com a abordagem Pan-Africanista de emancipação e autodeterminação dos povos africanos. Ambos os movimentos promovem uma interpretação inclusiva e holística da integração econômica e democrática africana frente aos desafios do passado colonial. A hipótese de que as políticas de integração econômica e democrática, de acordo com a Agenda 2063, potencializam a perspectiva Pan-Africanista ao alinhar as estratégias de desenvolvimento dos países africanos com uma visão compartilhada de unidade e progresso. No entanto, cabe ressaltar que essas são conclusões parciais e que uma análise mais aprofundada é necessária para compreender o impacto da UA na promoção da integração democrática e econômica na África.

Palavras-chave: Pan-Africanismo, União Africana; Agenda 2063, desenvolvimento econômico, integração regional.

FROM ANTI-COLONIAL STRUGGLES TO ECONOMIC AND DEMOCRATIC INTEGRATION: AN ANALYSIS OF PAN-AFRICANISM AND AGENDA 2063

ABSTRACT: Pan-Africanism, as an ideal of unity among African people, has become the ideological basis for the integration and socioeconomic development of Africa. With this idea as a pillar, the African Union (AU) has sought to balance sociopolitical challenges with the anti-colonial struggle since its formation to the present day. In this context, Agenda 2063, launched in 2015, comprises a long-term continental development plan with political and economic integration

objectives. Based on bibliographic and documentary research, this work aims to understand the contemporary challenges related to the Pan-Africanist initiative of an integrated continent based on the framework of Agenda 2063. Based on a qualitative and interpretative analysis, this project begins with a detailed study of primary and secondary sources. Post-Colonialism will be used as a theoretical framework, given its direct relationship with the Pan-Africanist approach to the emancipation and self-determination of African people. Both movements promote an inclusive and holistic interpretation of African economic and democratic integration in the face of the challenges of the colonial past. The hypothesis is that economic and democratic integration policies, in accordance with Agenda 2063, enhance the Pan-Africanist perspective by aligning the development strategies of African countries with a shared vision of unity and progress. However, it should be noted that these are partial conclusions and that a more in-depth analysis is needed to understand the impact of the AU in promoting democratic and economic integration in Africa.

Keywords: Pan-Africanism, African Union, Agenda 2063, economic development, regional integration.

INTRODUÇÃO

A história moderna do continente africano é forjada por momentos de luta e pela busca por legitimidade. O Pan-Africanismo nasce de mais um desses capítulos, sobretudo a partir de uma movimentação caribenha, em prol da valorização de uma coletividade e da luta contra a subalternização de pessoas de pele negra. Os primeiros passos do movimento foram marcados por visões positivas e internacionalistas sobre a identidade étnico-racial. Durante o século XX, o Pan-Africanismo se tornou base dos ideários mais importantes do pensamento político africano contemporâneo, tendo uma forte originalidade de pensamento.

A partir da década de 1940, inicia-se uma fase dentro do Pan-Africanismo organizado internacionalmente em prol das independências africanas. Nesse contexto, a formação dos Estados em meio a tensões internas geradas pelo legado colonial produzem questionamentos quanto à identidade nacional da África independente. Observa-se que a história do Pan-Africanismo também é a história dos nacionalismos e do integracionismo africano. Nesse movimento, tem-se a conceitualização do “Renascimento Africano” pelo antropólogo senegalês Cheikh Anta Diop em 1946 influenciado pela perspectiva Pan-Africana. O movimento renascentista africano entende o mesmo envolvimento pela busca de unidade, desenvolvimento e inserção internacional do continente no século XXI, influenciando projetos políticos no mesmo.

Assim, os líderes de independência dos Estados africanos, encontraram na articulação regional apoio para problemas compartilhados entre si; a criação da Organização da Unidade Africana (OUA) em 1963, a organização de congressos entre Estados recém independentes, a criação de comunidades regionais e o apoio a movimentos de libertação nacional são exemplos.

Nesse contexto, o Pan-Africanismo oferecia um plano político a partir do qual os líderes africanos lidavam, simultaneamente, com as disputas domésticas e internacionais.

A partir de tais considerações, foram escolhidos como ponto de partida uma análise integracionista e Pan-Africanista no século XXI, unido com a Agenda 2063 da União Africana (UA), lançada em 2015, que compreende um plano de desenvolvimento continental de longo prazo por meio da boa governança e respeito aos princípios democráticos. Foram fundamentais para tal iniciativa a percepção da mudança no cenário global e as experiências vividas previamente pelos Estados africanos. O entendimento de uma África, até então, não havia sido mais forte e unida junto às suas organizações regionais, fortalecidas e criando novas oportunidades de desenvolvimento.

A Agenda 2063 constitui um marco nessa perspectiva por conjugar a perspectiva do Pan-Africanismo e do movimento político do Renascimento Africano com objetivos e programas de desenvolvimento continental no curto, médio e longo prazo. Esse plano de desenvolvimento apresenta 7 aspirações e 20 objetivos abarcando temas econômicos, culturais e políticos de maneira a buscar uma nova inserção internacional do continente no século XXI. Como recorte de pesquisa, a Agenda 2063 permite dialogar a integração regional do continente com debates sobre o pensamento político contemporâneo e suas influências Pan-Africanistas.

A partir desse contexto, este artigo tem por objetivo compreender os desafios contemporâneos relacionados à iniciativa Pan-Africanista de formação de um continente integrado a partir do marco da Agenda 2063. Fundamentado em uma análise de natureza qualitativa e interpretativa, com base em pesquisas bibliográficas e documentais, o trabalho parte do estudo detalhado de fontes primárias e secundárias. A análise de conteúdo documental tem por objetivo identificar como a UA tem abordado os desafios de integração democrática e econômica, bem como entender quais políticas e estratégias foram adotadas para esse fim. Como marco teórico será utilizado o Pós-Colonialismo, visto sua relação direta com a abordagem Pan-Africanista de emancipação e autodeterminação dos povos africanos. Defende-se a hipótese de que as políticas de integração econômica e democrática, de acordo com a Agenda 2063, potencializam o ideal Pan-Africanista parece válido ao alinhar as estratégias de desenvolvimento dos países africanos com uma visão compartilhada de unidade e progresso.

O artigo se divide em três seções além da introdução e conclusão. Na primeira seção serão discutidos elementos teóricos centrais para a construção de um futuro integracionista africano, no caso, o Pan-Africanismo e sua retórica pós-colonial. A segunda seção, por sua vez, é dedicada a

apresentação da Agenda 2063, suas especificidades e características, demonstrando suas estratégias junto com a União Africana. Por fim, a terceira seção tratará de uma análise relacional sobre como o Pan-Africanismo ainda pode ser considerado ideal importante para os projetos africanos no século XXI e como o modelo se tornou base para a Agenda 2063.

1. PÓS-COLONIALISMO E PAN-AFRICANISMO: O INÍCIO DA INTEGRAÇÃO AFRICANA

A construção histórica do conceito conhecido como “Pan-Africanismo” deve ser entendida, a priori, por sua definição: um movimento cultural e político, que considera o continente africano, sua população e seus descendentes (além da fronteira física) como um único conjunto, cujo o objetivo se constitui em (re)unificar a África, assim como incentivar um sentimento de coletividade, integração e solidariedade entre as populações do mundo africano. Há um entendimento geral na literatura sobre o tema em apontar os congressos iniciados no início do século XX, em cidades como Manchester, como marco simbólico inaugural do movimento, e será o foco desta sessão. Porém, cabe aqui ressaltar que movimentos pan-africanistas podem ser vistos desde o século XV, a partir da resistência e luta de africanos diante o tráfico para as Américas¹.

Cabe destacar que o Pan-Africanismo do século XX não se restringe a congressos e reuniões, mas é formado por movimentos de luta anti-colonial, com um nacionalismo intelectual, geopolítico, econômico e cultural. Nesse sentido, pode-se analisar o movimento no continente africano em três momentos distintos durante o século passado: a fase colonial entre 1935 e 1957; a fase de libertação durante a década de 1960; e a fase de força independentista, a partir de 1970, onde um movimento de integração regional começou a ganhar maior intensidade².

Entretanto, mesmo com tais marcos cronológicos, segundo Asante (2010), o Pan-Africanismo, como movimento de integração, pode ser visto desde a década 1920, nas primeiras atividades do Congresso of British West Africa, as quais conduziram, especialmente, à formação da British West African University, da West African Press Union e da British West African Cooperative Association,

¹ Kwame Nantambu ainda tenta trabalhar o surgimento do pan-africanismos em posicionamentos do Egito em 3220 a.C..

² Anteriormente a 1935, o início do Pan-Africanismo é concentrado na diáspora afrodescendente sobretudo nos Estados Unidos da América e no Caribe, onde o discurso era basicamente focado em raça e nos fatores identitários.

assim como associações estudantis tal qual a West African Students Union (WASU). Esta corrente perdeu o seu poder de atração ao longo dos anos 1930 e 1940, décadas características do ápice colonial na África. Nos anos 1940, Kwame Nkrumah e George Padmore, em Londres, e o senegalês Alioune Diop voltaram a colocar em xeque a importância de um olhar integracionista. A partir de 1942, Nkrumah, por exemplo, começou a defender que todas as colônias da África Ocidental deveriam antes de tudo unir-se e formar uma entidade nacional, totalmente livre do jugo estrangeiro, previamente a ser-lhes possível implantar, de fato e em larga escala, uma cooperação internacional.

Considerado o um dos mais importantes congressos Pan-Africanos, o Congresso de 1945, realizado em Manchester, Reino Unido, teve um caráter fortemente político sendo dominado pelo contexto do pós-II Guerra Mundial (1939-1945). Neste evento foram assinadas resoluções que teriam consequências diretas nos movimentos de independência africanos (Sherwood, 2012). Futuros líderes políticos como Nkrumah, participaram ativamente do Congresso, além de figuras importantes ligadas ao movimento negro como o organizador do congresso George Padmore e W.E.B. DuBois. O Congresso uniu mais de 200 delegados, em especial representantes das colônias britânicas, e suas principais demandas foram o fim do domínio colonial e o fim da discriminação racial, além de promover à luta contra o imperialismo, pelos direitos humanos e pela igualdade de oportunidades econômicas. Pela primeira vez, povos africanos advertiram formalmente as potências europeias.

De acordo com Asante (2010), o Congresso tornou o Pan-Africanismo uma ideologia de massas, elaborada pelos africanos e em seu próprio favor. Inicialmente com um caráter reformista em favor das populações de origem africana, habitantes na América, o Pan-Africanismo se tornou uma ideologia nacionalista orientada para a libertação do continente africano, dessa forma, o Pan-Africanismo mundial de Du Bois, além da busca pela autodeterminação e autonomia, e o regresso à cultura africana estavam inteiramente ligados ao nacionalismo africano.

1.1 Pan-Africanismo e Pós-Colonialismo

Existem alguns desafios ao trabalhar o Pan-Africanismo para além de uma abordagem de análise dos nomes expoentes do movimento no século passado. Considera-se a abordagem cronológica e histórica o ponto de partida principal para os estudos sobre o tema. Entretanto,

reflexões sobre o movimento atreladas à questão pós-colonial auxiliam um entendimento multifacetado, visando expandir o conceito Pan-Africanista.

Aqui, cabe a discussão sobre a propagação da intelectualidade negra para além da África, os conceitos de Négritude e Pan-Africanismo aparecem em contextos específicos do pensamento ocidental contemporâneo e devem ser refletidos, também a partir desta análise, e levando em consideração estudos que observam a diáspora negra, caracterizando o Pan-Africanismo como um processo histórico dos antigos povos escravizados na América.

Em um cenário pós-colonial, é importante ressaltar que o termo Pan-Africanismo, foi criado em um contexto de libertação e união em paralelo, por exemplo, com o Pan-Arabismo, que buscavam, justamente, apagar as situações de violência escravista, diáspora e domínio colonial. Nesse contexto, grande parte do pensamento Pan-Africanista foi baseada pela atividade intelectual de pensadores preocupados com o desenvolvimento cultural e político teórico dos povos negros.

Nessa movimentação intelectual surgiram, com maior intensidade, as perspectivas defensoras de uma négritude, ou de uma criouldade, segundo as quais já que o pensamento africanista não era inserido no mundo, ele deveria criar um espaço próprio do qual se afastaria definitivamente da civilização, tal como Prometeu, do mito, mantendo-se acorrentado. Em oposição ao pensamento europeu, os afrocentristas acabavam utilizando-se das mesmas métricas dos colonizadores para realização desse distanciamento da teoria (Amselle, 2001, apud. Durão, p. 232, 2018).

De forma geral, observa-se que o Pan-Africanismo foi um tema abordado tanto por autores afro-americanos quanto antilhanos, além de ter sido incorporado ao discurso dos intelectuais da diáspora associados ao movimento da Négritude. Segundo Durão (2018), processo todo de construção dos conceitos, tanto de négritude quanto do Pan-Africanismo, percebe-se uma perspectiva romântica e idealizada de unidade e de busca da identidade, contudo, na esfera cultural eles são bem-sucedidos e um espaço efetivo de militância acabou refletindo o que era ser africano e pertencer a “raça negra”.

1.2 Pan-Africanismo de Kwame Nkrumah, a libertação da África e o início da integração continental

Na trajetória histórica do Pan-Africanismo enquanto movimento de libertação, o período de 1950 a 1965 foi marcado pela proeminência de Kwame Nkrumah. Por meio de suas declarações, ações e exemplo pessoal, Nkrumah conseguiu mobilizar, em prol da causa Pan-Africana, os líderes africanos envolvidos tanto nos movimentos de libertação quanto pertencentes de Estados

recém-independentes. Conforme ele declarou na ocasião da obtenção da soberania de Gana, a independência do seu país só fazia sentido dentro da perspectiva de uma libertação completa de todo o continente.

Quando se trata dos esforços integracionistas, mesmo com pequenos esforços já ao fim da década de 1920, apenas a partir de 1957 houve realmente resultados, justamente no mesmo ano da conquista de independência de Gana, sob a energética conduta de Nkrumah e conduzida pelo Convention People's Party (CPP). Nesse momento, o Pan-Africanismo como movimento de integração realmente definiu suas metas e objetivos, encabeçadas pela busca por uma integração política, econômica e cultural, em níveis supranacional, continental e até extra-regional. Factualmente fica bastante claro que para Nkrumah a independência de Gana significava bem mais do que a liberdade da população. Para o autor, o país deveria ser o exemplo para todos os Estados do continente, demonstrando a capacidade africana de se autogovernar.

A primeira iniciativa de Nkrumah foi a construção da união Gana-Guiné (1958) e a União Gana-Guiné-Mali — primeira etapa em busca de uma “União dos Estados Africanos”. A segunda foi organizar a “Conferência dos Estados Independentes”, sediada em Acra, em abril de 1958, não mais que um ano após a independência de Gana (Asate, p. 875, 2010). A Conferência dos Estados Independentes contou com representantes do Egito, Etiópia, Gana, Libéria, Líbia, Marrocos, Sudão e da Tunísia e em seguida foi sucedida pela “Conferência dos Povos Africanos”, também em 1958 — que possuía como temas o anti-imperialismo, o anticolonialismo e o não alinhamento.

Posteriormente, sucederam-se a cúpula Guiné-Libéria, que teve lugar em Zaniquelli, em julho de 1959; a segunda “Conferência dos Estados Independentes”, realizada na capital liberiana, Monróvia, em agosto do mesmo ano; e, por fim, a terceira Conferência, ocorrida em Addis Abeba, no ano de 1960. Todos estes eventos buscaram, entre outras coisas, a constituição de um amplo mercado comum em escala regional. Todas as conferências recomendavam, de forma categórica, a integração política e a unidade política da África, com Nkrumah como maior incentivador da criação de uma unidade africana, pode-se analisar, que para o autor, a unidade africana constituía um pré-requisito importante para o rápido e total desenvolvimento do continente africano como um todo.

Mesmo com os esforços de Nkrumah, o projeto de mercado comum africano não atraiu muitos dos dirigentes africanos, pois embora outros governos africanos concordassem com as análises do autor, eles não estavam necessariamente dispostos a aceitar uma solução política tão

ambiciosa. O neocolonialismo não era, para eles, uma ameaça tão grande a ponto de justificar tal afastamento brusco e para legitimar a transferência de um poder individualizado para uma autoridade política central. A conferência de Addis-Abeba, de 1960, revestiu-se de grande importância em razão de evidenciar as divisões e os desacordos existentes entre Estados africanos no tocante às vias para a unidade do continente (Asate, p. 876, 2010).

A partir disso, cabe ressaltar que os dirigentes africanos, neste momento, dividiram-se em dois blocos horizontais: o primeiro, com um caráter mais pró-ocidental e o segundo com um caráter pró-socialista. Em campos opostos, principalmente ao se tratar da questão do futuro integracionista do movimento Pan-Africanista, foram criados dois grupos dentro do movimento. Em 1961, Gana, Guiné, Egito, Mali, Marrocos, Líbia e o governo argelino no exílio constituíram o Grupo de Casablanca, a medida que outras antigas colônias francesas, acompanhadas da Etiópia, da Libéria, da Nigéria, e de Serra Leoa, formavam o Grupo de Monróvia.

O Grupo Casablanca possuía características favoráveis a um forte integração política, inspirando-se na formação de um “Estados Unidos da África”, trazidos a priori por Nkrumah. O Grupo tinha como membros dirigentes, em sua maioria, representantes de um Pan-Africanismo voltado ao socialismo e ao não alinhamento com as potências ocidentais, buscando o desenvolvimento econômico centralizado. O Grupo Monróvia, por sua vez, era adepto a uma união volátil dos Estados africanos, sendo eles soberanos e independentes. Favorecendo a participação voluntária dos Estados em âmbito de integração cultural e econômica, focando na importância da soberania e integridade territorial de cada nação.

Para um efetivo plano de cooperação seria necessário engajamentos a longo prazo, o que não se mostrou tão efetivo, uma vez que tomar decisões que restringissem a soberania nacional em alguns setores-chave, de países que passaram anos sendo colônias, criava reticências referentes a formulação de projetos. Nesse contexto, em toda a África houveram demonstrações contra a sacrifício de interesses nacionais em troca da integração regional.

1.3 Pan-Africanismo, Regionalismo, Desenvolvimento e a Organização da Unidade Africana

Desde a década de 1970, o Pan-Africanismo ganhou novos rumos para além da integração. Ao final da década, os países africanos estavam mais dependentes dos países ocidentais, se comparado ao passado. Tornaram-se fortemente dependentes dos interesses, tecnologia, investimentos e das capacidades estrangeiras junto às teorias de desenvolvimento. No contexto

histórico e econômico mundial, a África sempre se encontrou em uma situação de subordinação, situação essa que foi agravada pelo fim do sistema de Bretton Woods e pelos chamados choques do petróleo.

Diretamente, este contexto produziu o pano de fundo para que o Pan-Africanismo, na qualidade de projeto de integração, se tornasse um importante movimento para a redução da dependência dos países africanos e de uma consolidação de um posicionamento de Estados negociadores. Dessa forma, cabe ressaltar que o tipo de regionalismo que surgiu a partir de meados dos anos 1970 está intrinsecamente ligado à questão relativa à autonomia coletiva e à integração histórica da África ao sistema internacional.

Após a conquista da independência por vários Estados africanos entre 1960 e 1964, o princípio unificador do Pan-Africanismo ganhou novas camadas: complicou o movimento como ferramenta de integração, entretanto, acelerou ainda mais o desenvolvimento dos movimentos de libertação.

Havia um consenso generalizado quanto à necessidade urgente de libertar completamente o continente do colonialismo, assim os Grupos Monróvia e Casablanca mantiveram-se firmes no seu compromisso histórico com o não alinhamento e a libertação total das últimas colônias do continente. A conquista da independência pela Argélia em 1962, reduziu sensivelmente a tensão entre os Grupos Monróvia e Casablanca e levou os países membros destes dois grupos a decidirem formar uma organização única. Os seus ministros das Relações Exteriores encontraram-se entre 15 e 21 de maio de 1963, com o propósito de redigir um projeto de pauta para as discussões dos chefes de Estado. Nesse contexto, trinta Estados que ali estavam representados: Argélia, Burundi, Camarões, Congo-Brazzaville, Congo-Léopoldville, Costa do Marfim, Dahomey, Etiópia, Gabão, Gana, Guiné, Alto-Volta, Libéria, Líbia, Madagascar, Mali, Mauritânia, Níger, Nigéria, Uganda, República Árabe Unida, República Centro-Africana, Ruanda, Senegal, Serra Leoa, Somália, Sudão, Tanganyika, Tchade, Tunísia assinaram a Carta da Unidade Africana.

O preâmbulo da Carta enumera as considerações sobre as quais se fundava o seu projeto: o direito dos povos em dispor de si próprios (autodeterminação dos povos), o ideal da liberdade, da justiça e da igualdade, um desejo comum de união e de ajuda mútua, a preocupação em preservar a independência e a soberania dos Estados africanos, a fidelidade dos signatários à Carta das Nações Unidas e à Declaração Universal dos Direitos Humanos. O primeiro artigo cria a Organização da Unidade Africana; o artigo 2 definiu os objetivos; o artigo 3 declara os princípios a serem respeitados para atingir estes objetivos; os artigos 4, 5 e 6 dizem respeito à composição da Organização; do artigo 7 ao 13 descrevem as suas instituições; o artigo 27 contém indicações relativas à interpretação da

Carta. A Carta da Unidade africana também reflete outro aspecto do pan-africanismo ao definir uma ética política. Ela enuncia, de fato, princípios tais como: a igualdade de todos os Estados membros; o princípio da não ingerência nos assuntos internos dos Estados; o respeito à soberania dos Estados, à sua integridade territorial e ao seu direito inalienável a uma existência independente; o tratamento pacífico das contendas, através da negociação, da mediação, da conciliação ou da arbitragem; a condenação sem reservas do assassinato político e das atividades subversivas, mesmo se praticadas pelos Estados vizinhos ou por quaisquer outros Estados; um compromisso sem reservas em favor da libertação completa dos territórios africanos ainda dependentes; a asserção de uma política de não alinhamento perante todos os blocos (Kodjo; Chanaiwa, p. 903-904, 2010).

O apoio oferecido pela OUA aos movimentos de libertação nacional aos povos colonizados constituiu-se em uma das mais importantes atuações da Organização para a causa Pan-Africanista, apontando que a preservação de regimes coloniais constituía uma importante violação dos direitos inalienáveis dos habitantes daquela região. A criação de um Comitê Africano de Libertação teve como efeito positivo aumentar a confiança da Organização em âmbito internacional, permitindo que grande parte das colônias (principalmente as portuguesas) organizassem suas administrações públicas e economia pós-independência.

Além desse caráter mais prático, a OUA ocupou-se fielmente à busca dos direitos humanos e dos direitos dos povos a disporem de si mesmos, à autodeterminação. Assim sendo, para devolver a dignidade aos africanos, o Pan-Africanismo deveria, naquele momento, por fim às mazelas do colonialismo na África.

2. A UNIÃO AFRICANA E AGENDA 2063

A integração regional na África surge em um contexto pós-independências estando fortemente ligados à luta anticolonial e ao pensamento Pan-Africanista. Além disso, a discussão de integração era percebida como um arranjo institucional favorável ao desenvolvimento em conjunto visto as assimetrias de poder no cenário internacional. Nesse contexto, a Organização da Unidade Africana foi criada em 1963 com apoio dos 33 Estados independentes do continente como organização regional de apoio aos países africanos colonizados na luta contra o colonialismo. Em 1999, a OUA lança através da Declaração de Sirte, em Sirte, na Líbia, o relançamento da integração regional do continente para criação da União Africana (UA). Essa decisão reflete o foco dos Estados africanos no crescimento da cooperação e integração para o desenvolvimento econômico, para além da luta anticolonial.

A UA surgiu como sucessora da OUA, sendo lançada em julho de 2002 em Durban, na África do Sul. Com os 55 Estados-membros do continente, tem como visão “uma África integrada,

próspera e pacífica, impulsionada por seus próprios cidadãos e representando uma força dinâmica no cenário internacional” (União Africana, 2000). É considerado o projeto de integração regional de maior relevância no continente, institucionalizado por Assembleia dos Chefes de Estado e Governo, Conselho Executivo, Comitê de Representantes Permanentes, Conselho de Paz e Segurança e a Comissão da União Africana, o Parlamento Pan-Africano e Conselho Econômico, Social e Cultural e entre outros órgãos.

Os ideais Pan-Africanistas permearam a criação da organização na concepção de unidade entre os africanos e na relação intrínseca no combate e nacionalismo anticolonial. Ainda, a instituição foi criada no contexto de Guerra Fria (1945-1991), sendo essencial para discussão de problemas em comum aos países do continente africanos envolvidos indiretamente no conflito (Visentini, 2010).

Em 2015, chefes de Estado e de Governo da UA durante a 24ª Sessão Ordinária da Conferência da UA, realizada em Addis Abeba, na Etiópia, aprovaram a criação de uma nova agenda política e econômica para o desenvolvimento do continente. A UA lançou, então, a Agenda 2063, um plano de desenvolvimento composto por 14 iniciativas com o objetivo de desenvolvimento econômico continental de longo prazo (50 anos). A agenda descreve as aspirações africanas baseadas no pan-africanismo — doutrina de união dos povos africanos no contexto internacional — e do movimento político de Renascimento Africano na busca africana por uma nova inserção internacional.

As aspirações são de uma África, segundo a União Africana (2015) são:

1. próspera, baseada no crescimento inclusivo e desenvolvimento sustentável;
2. um continente integrado, politicamente unido com base nos ideais do pan-africanismo e a visão do Renascimento Africano;
3. de boa governança, democracia, respeito, pelos direitos humanos, justiça e o estado de direito;
4. pacífica e segura;
5. com uma forte identidade cultural, herança, valor e ética comuns;

6. cujo desenvolvimento seja orientado para as pessoas confiando no potencial dos povos africanos, especialmente no potencial da mulher, da juventude e onde a criança tem tratamento digno;

7. como um ator forte, influente e parceiro a nível mundial.

Cabe destacar que uma perspectiva Pan-Africanista de solidariedade entre os povos africanos é mencionada como fator impulsionador para os objetivos da Agenda 2063, sendo essa uma iniciativa endógena de crescimento. Com o lema “A África que queremos”, a Agenda institui 8 áreas prioritárias, sendo elas: identidade e Renascimento Africano; contínua luta contra o colonialismo e pelo direito à autodeterminação; integração continental; desenvolvimento e transformação social e econômica; paz e segurança; governança democrática; determinação do futuro do continente; e fortalecimento do espaço da África no mundo - com metas de curto (10 anos), médio (10-25 anos) e longo (25-50 anos) prazo. Apesar de estabelecer metas, a Agenda tem caráter simbólico e, às vezes, vago quanto aos prazos estabelecidos de maneira que as sete aspirações estão interligadas quanto a transformação interna para, enfim, impulsionar uma nova inserção internacional.

Na questão da integração regional, a Agenda considera que esse processo será resultado da criação de instituições continentais, livre circulação de pessoas e plena integração econômica, em que até 2063 será instituído infraestruturas necessárias para essa integração de redes ferroviárias, linhas de navegação ao desenvolvimento da economia digital e redes de Tecnologia, Informação e Tecnologia (TIC). Além dessa meta a longo prazo, o documento estabelece que o crescimento do comércio intra-africano irá chegar até 50% em 2045, impulsionando a participação de empresas africanas de 2% a 12% do comércio internacional (União Africana, 2015). Ainda assim, a integração se expande para outras áreas econômicas com projetos de estabelecimento de um Mercado Comum Africano, uma União Monetária Africana e de serviços, uma rede integrada continentalmente de trens de alta velocidade, espaço aéreo aberto a linhas africanas de aviação e uma agência educacional integrada.

3. ENTRE A ASPIRAÇÃO E A PRÁTICA: O PAN-AFRICANISMO COMO REFERÊNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO CONTINENTAL AFRICANO

Com a ampliação de estudos sobre Relações Internacionais a partir de 1970, que trazem como foco discussões do Sul Global e com base em teorias contra-hegemônicas, é importante ressaltar que o

Pan-Africanismo tem sido apresentado como uma Agenda no cenário político, retomando e influenciando decisões e debates nos últimos anos. À medida que estratégias de dentro do continente vão sendo formadas pelas nações africanas, o ideal do Pan-Africanismo surge em discursos, projetos e documentos. Dessa maneira, no século XXI, o movimento tem estado presente em organismos internacionais, pautando demandas políticas e focado em uma vertente cada vez mais integracionista contemporânea, como pilar ideológico que sustenta um horizonte africano.

Estas novas formas de integração regional partilham o mesmo objetivo inicial: reduzir a dependência dos Estados nacionais africanos em respeito às forças externas que tentam influenciar as políticas e orientações econômicas dos países africanos; coordenar os programas de desenvolvimento nos diferentes setores, buscando acelerar o ritmo do crescimento econômico e do desenvolvimento.

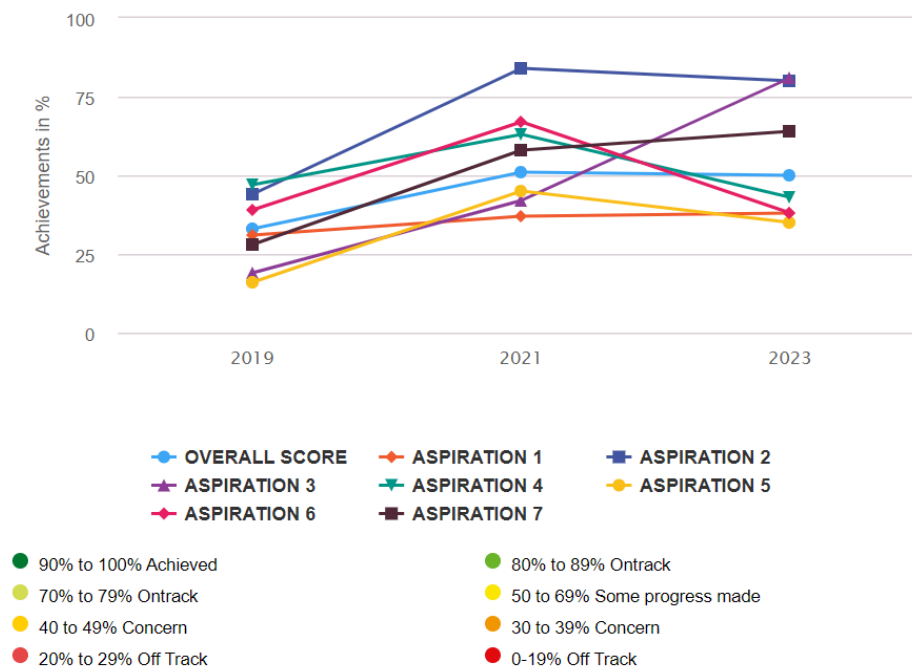
Ademais, a necessidade de reafirmação do negro e busca pelo seu reconhecimento como sujeito, fez com que o Pan-Africanismo se torna-se um importante processo de revisionismo histórico e político focando no reencontro das origens africanas. Esse revisionismo buscou e, ainda busca, inverter uma lógica de colonialismo europeu de forma a criar uma identidade própria. Dessa forma, a linguagem Pan-Africanista tornou-se símbolo e instrumento de poder para a mudança de um paradigma eurocêntrico de construção de conhecimento e de organização política, uma vez que ainda ocorre uma persistência de formas neocoloniais no continente africano. A partir de um foco na retomada de uma herança Pan-Africanista de integração, Estados africanos, têm buscado impulsionar os preceitos do Renascimento Africano, pondo em prática projetos que estabeleceram uma zona comum de comércio a nível de todo continente.

Enquanto o Pan-Africanismo e o movimento da Négritude constituíram pilares fundamentais para a independência das nações africanas, culminando na criação da OUA, essas mesmas correntes de pensamento têm sido a base das reformas políticas promovidas pela UA, direcionadas ao renascimento do continente. De fato, o passado, o presente e o futuro das iniciativas de construção de uma autonomia econômica, bem como das identidades sociopolíticas e culturais da África, parecem estar profundamente ligados à doutrina Pan-Africanista.

A Agenda 2063, por sua vez, prevê a elaboração, de forma sucessiva, de cinco planos de implementação no intervalo de dez anos a fim de garantir um mecanismo de monitoramento e revisão constante da execução dos objetivos e metas da agenda. Após 10 anos de sua implementação, a UA lançou o Primeiro Plano de Implementação para a Primeira Década (2013-2023), tendo como objetivo identificar as áreas prioritárias para adequação de políticas e estratégias juntos aos prazos estabelecidos.

Segundo a Agenda 2063 Dashboard, com dados referentes ao ano de 2023, dos objetivos estabelecidos apenas três apresentam implementação superior a 50%, sendo esses de Integração Continental e Política Unida e Baseada nos ideais do Pan-Africanismo e na visão do Renascimento Africano, de Governança Democrática e Respeito aos Direitos Humanos e Parceria Global e Influyente no cenário internacional, respectivamente em 80%, 81% e 64%. (ver Ilustração 1). Sendo parte da segunda aspiração, destaca-se a efetivação do objetivo de uma África unida, federada ou confederada (União Africana, 2023). Levando em consideração a metodologia adotada pela UA, entende-se que a integração econômica é o principal foco a partir de intervenções e desenvolvimento em infraestruturas críticas, comércio intra regional e Tecnologias de Comunicação e Informação (TICs). A integração política, por sua vez, estaria ligada às intervenções dos Estados africanos para os projetos e programas ligados à integração econômica do continente.

Ilustração 1 - Performance das Aspirações da Agenda 2063



Performance das 7 aspirações da Agenda 2063 quanto ao grau de efetivação nos anos de 2019, 2021 e 2023 segundo a União Africana. Referência: Agenda 2063 Dashboard (2024). Agenda 2063 Dashboard. Disponível em: <https://www.nepad.org/agenda-dashboard-v2?year=2023#>. Acesso em: 10 ago. 2024.

Além disso, em 2020, a UA divulgou um relatório identificando a implementação dos principais projetos e iniciativas para o crescimento e desenvolvimento econômico do continente, sendo esses: uma rede ferroviária integrada de alta velocidade, uma Universidade virtual pan-africana, uma estratégia comum de commodities, uma Zona de Livre Comércio Continental Africana (AfCFTA, na sigla em inglês), livre circulação de pessoas por meio de um passaporte africano, projeto da Grande Barragem de Inga, rede eletrônica Pan-Africana, silenciamento das armas no continente, estratégia espacial africana, mercado africano de transporte aéreo, Grande Museu africano e cibersegurança (União Africana, 2020). Dentre os desafios de recursos humanos, financeiros e políticos, o relatório encontrou que todos esses desafios devem ser considerados à implementação da AfCFTA. Mesmo que sua implementação seja institucionalizada desde 2021, o projeto é, senão, o principal mecanismo de integração econômica do continente.

Em 2024, a UA lançou o Segundo Plano de Implementação para a Primeira Década (2024-2033). Entre os riscos e ameaças, foram elencados os conflitos, desigualdades socioeconômicas, crime organizado transnacional, má gestão de diversidades e corrupção, falha em aproveitar o dividendo demográfico, propagação de crises sanitárias por doenças, riscos climáticos e desastres naturais e choques externos (União Africana, 2024). Quanto aos programas, reitera-se a importância da implementação efetiva da AfCFTA dentro da segunda aspiração de integração continental. O andamento da Agenda até o momento elucida que o uso do Pan-Africanismo como perspectiva integracionista é usado como parte normativa, a qual traz estabelece preceitos de solidariedade e união dos africanos continentalmente por uma vertente de comunidade para além das fronteiras estatais - e coloniais.

Considera-se que para a implementação plena da Agenda 2063, a falta de recursos financeiros e humanos qualificados persiste endogenamente de maneira a limitar os objetivos dessa (Oliveira; Otavio, 2022, p. 234). A UA adota, então, uma estratégia de hibridismo com a horizontalização de parcerias

internacionais como a China, União Europeia e Estados Unidos para financiamento da agenda visto os interesses africanos. Dessa maneira, os Estados africanos pela figura da UA apresentam possível caráter de agência frente a assimetria de poder do cenário internacional, sendo um dos pontos da Agenda e do Renascimento Africano, influenciados pelo Pan-Africanismo. Entretanto, quanto à integração política do continente persiste ainda desafios pós-coloniais de consolidação dessa integração consoante ao desenvolvimento equitativo a todos os Estados do continente.

Levando em consideração a crítica aos modelos de desenvolvimento neoliberais exportados para a experiência africana de Saraiva (2015), a experiência política e econômica da África na contemporaneidade inspira novos modelos de desenvolvimento sustentável e contextualizado. A Agenda 2063 se enquadra por ser uma estratégia de desenvolvimento pensado pelos Estados africanos e para esses, mobilizando o conceito de Pan-Africanismo de sua vertente integracionista.

Na síntese apresentada nas duas seções anteriores, com intuito de trazer os antecedentes, marcos essenciais e início ideológico, compreendeu-se os períodos iniciais do processo de Pan-Africanismo e como os mesmos moldaram as perspectivas africanas no século XXI com a criação na União Africana e a Agenda 2063. Na contemporaneidade, foi analisado que o Pan-Africanismo torna-se base para objetivos da integração econômica e política do continente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Pan-Africanismo desenvolveu-se em várias perspectivas ao longo do tempo, com ideais políticos que sustentam discursos e ações, não só no continente africano, mas também em contextos de outros países e organizações internacionais. Com base em estratégias institucionais endógenas, exemplificadas pelos esforços de integração continental em diversos níveis e pelas aspirações da Agenda 2063, este trabalho assume que as influências do Pan-Africanismo continuam a incitar as lideranças políticas africanas a refletirem sobre a construção de uma África unida e integrada.

A integração econômica no continente africano por meio de objetivos e projetos da UA na Agenda 2063 é contemplada tendo como base o Pan-Africanismo. Dessa maneira, entende-se que o conceito é mobilizado para práticas que vislumbram um modelo de desenvolvimento endógeno do continente desde sua concepção. A influência teórica do ideal pan-africanista de união de povos é

transversal de maneira a atravessar políticas do passado anticolonial e do futuro de desenvolvimento econômico com o fim de uma nova inserção internacional da África.

Convém salientar, que este trabalho não pretendeu ter um caráter reducionista, colocando o processo integracionista do Pan-Africanismo como única saída para o continente. Entende-se que as heranças de ideais Pan-Africanistas constituem importantes fontes referenciais para a construção de Estados fortes, entretanto, há uma necessidade de adequação de esforços em espaços de cooperação nos quais podem haver ganhos de engajamento para a estrutura global, devido a própria solidariedade entre os Estados africanos. Apesar disso, as influências e as possibilidades das reflexões acerca do Pan-Africanismo multiplicam-se ao passo que se desenvolvem ideais que se aplicam ao contexto africano.

Cabe finalizar, nas palavras de Asante (2010), apontando que a África atingiu a sua maioria neste século. A idade de ouro do Pan-Africanismo na qualidade de movimento de descolonização política, portador das maiores esperanças, está resoluto e assim, sucedeu-lhe a idade de ouro do movimento como instrumento de integração regional e descolonização econômica.

REFERÊNCIAS

APPIAH, K. Anthony. **Na Casa de meu pai: a África na filosofia da cultura**. Rio de Janeiro, Contraponto, 1998.

ASANTE, S.K.B.; CHANAIWA, David. “O pan-africanismo e a integração regional”. **História Geral da África**, vol. XVIII: África desde 1935, cap. 24, p. 873-896. Brasília: UNESCO, 2010.

CABRAL, A. **Unity and Struggle: Speeches and writings**. London: Heinemann, 1980.

CÉSAIRE, A. Discours sur le colonialisme, suivi de Discours sur la Négritude. Paris: **Présence Africaine**, 2004.

DAVIDSON, Basil. **Which way Africa? the search for a new society**. Baltimore; Maryland, Penguin Books, 1967.

DIOP, C. A. **The African origin of civilization: myth ou reality?** Westport: Lawrence Hill, 1974.

_____. Origem dos antigos egípcios. *In*: **História Geral da África**, A África antiga, vol. II, São Paulo/Paris: Ática/UNESCO, Org. G. Mokhtar, 1983.

DU BOIS, W. E. B. **Do nosso esforço espiritual: As almas do povo negro**. 1903.

DURÃO, Gustavo de Andrade. Intelectuais africanos e pan-africanismo: uma narrativa pós-colonial. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 25, p. 212 - 242, jul./set. 2018.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.

KODJO, Edem; CHANAIWA, David. Pan-africanismo e libertação. In: MAZRUI, Ali. A (Org.). **História Geral da África**. Brasília: UNESCO, 2010.

NANTAMBU, Kwame. Pan-Africanism vs Pan-African Nationalism: An Afrocentric Analysis, **Journal of Black Studies**, vol. 28, n. 5. 1903.

NKRUMAH, K. **Africa Must Unite**. New York. 1963.

_____. **Neocolonialismo: Último Estágio do Imperialismo**. 1965.

MBEMBE, A. **Afropolitanismo**. *Áskesis*, v. 4, n. 2, p. 68 – 71, 2015.

OLIVEIRA, Guilherme Ziebell de; OTAVIO, Anselmo. Agenda 2063: uma avaliação dos resultados preliminares. **Tensões Mundiais**, v. 18, n. 36, p. 207-242. Fortaleza: 2022.

SANTOS, Donizeth. Pan-Africanismo e movimentos culturais negros. **Analecta**, Guarapuava, Paraná, v.8, n.1, p.67-77, jan./jun., 2007.

SHERWOOD, Marika. **Manchester and the 1945 Pan African Congress**. 1995.

UNIÃO AFRICANA (UA). **Agenda 2063: A África que queremos**. Comissão da União Africana, abr. 2015.

_____. **Constitutive Act of the African Union**. Addis Ababa: African Union, 2000.

_____. **First Ten-Year Implementation Plan 2013-2023**. Addis Ababa: African Union, 2015.

_____. **First Continental Report on the Implementation of Agenda 2063**. Addis Ababa: African Union, 2020.

_____. **Second Ten-Year Implementation Plan 2024 - 2033**. Addis Ababa: African Union, fev. 2024.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **A África moderna: um continente em mudança (1660-2010)**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2010.

_____. Independência, marginalização e reafirmação da África (1957-2007). In: MACEDO, J.R. (Org.). **Desvendando a história da África**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

WONDJI, Christophe. **História geral da África VIII: África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA: Todo o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

FINANCIAMENTO: O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. O presente trabalho também foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

CONTRIBUIÇÃO DAS AUTORAS: Vitória de França Fernandes: Conceitualização, Visualização, Investigação, Escrita - Revisão e edição.

Luísa Barbosa Azevedo: Curadoria de dados, Escrita - Preparação do rascunho original, Escrita - Revisão e edição.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE: As autoras declaram que não haver conflito de interesses.

VITÓRIA DE FRANÇA FERNANDES é mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGCP-UNIRIO), bacharela em Defesa e Gestão Estratégica Internacional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É pesquisadora de Oriente Médio e Norte da África do Núcleo de Avaliação da Conjuntura (NAC), vinculado a Escola de Guerra Naval (EGN/ Marinha do Brasil) e pesquisadora do grupo CAIPORA (Centro de Análise de Instituições, Políticas e Reflexões da América, da África e da Ásia), grupo de pesquisa certificado no CNPq.

LUÍSA BARBOSA AZEVEDO é mestranda do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGRI-UERJ) e bacharela em Defesa e Gestão Estratégica Internacional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É pesquisadora de África Subsaariana do Núcleo de Avaliação da Conjuntura (NAC), vinculado a Escola de Guerra Naval (EGN/ Marinha do Brasil) e pesquisadora colaboradora do Observatório Político dos Estados Unidos (OPEU - INCT/INEU).

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.